

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SANTOS, António Ribeiro dos (Porto,1745 - Lisboa,1818)

António Ribeiro dos Santos era filho de um Coronel de Mineiros, neto e sobrinho de comerciantes com atividade no Rio de Janeiro para onde se dirigiu em 1756. Acompanhou o seu tio Gonçalo Ribeiro dos Santos no regresso a Portugal em 1764. Este seu familiar que se estabeleceu em Lisboa, na rua de S. Domingos, foi Diretor da Junta da Administração dos Fundos da Companhia de Pernambuco e Paraíba. Convive portanto, muito de perto, com a burguesia pombalina e dedicará mesmo as suas teses doutorais a Joaquim Inácio da Cruz. Estuda Humanidades (Latim Grego, Filosofia e Retórica) no Seminário de nossa Senhora da Lapa, no Rio de Janeiro tendo sido seus professores ex-jesuítas. Frequenta o Curso de Cânones na Universidade de Coimbra fazendo exames de Instituta em 1763. Obtém o grau de Bacharel em 1768 e o de Licenciado e Doutor em 1771. Opositor da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra é Lente Substituto da Primeira Sintética de Cânones entre 1779 e 1789 docência a que regressa em 1795. Assegura, igualmente, a Segunda Cadeira Sintética de Cânones (1790-1795). Jubila-se em 1795.

António Ribeiro dos Santos desempenha vários cargos e dignidades ao longo da sua vida: Bibliotecário da Universidade (1777), Desembargador Ordinário da Casa da Suplicação (1789), Comissário-Geral dos Estudos na Repartição da Corte e Província da Estremadura (1790), Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo (1790), Cónego da Sé de Viseu (1792), Deputado do Santo Ofício (1793), Cronista da Casa de Bragança (1795), Censor Régio (1795), Deputado da Junta da Casa de Bragança (1797), Cónego Doutral da Sé de Faro (1800), Deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos Menores (1800), Deputado da Junta da Organização do Código Penal Militar (1802), Deputado da Mesa de Consciência e Ordens (1802), Cónego da Sé Metropolitana de Évora (1804), Bibliotecário Mor da Real Biblioteca Pública (1804) e Deputado da Junta da Bula da Cruzada (1809).

A primeira publicação impressa de natureza historiográfica de António Ribeiro dos Santos, *Memória da Literatura sagrada dos Judeus portugueses desde o tempo da Monarquia* é de 1782 embora o seu labor historiográfico inédito date do início dos anos 70. No espólio de Ribeiro dos Santos podemos encontrar vários estudos de história sagrada, eclesiástica e civil. No último domínio há material da maior importância para a história do direito e das instituições. O labor historiográfico de António Ribeiro dos Santos comporta duas vertentes. Uma que se prende com o seu magistério docente e com as solicitações no quadro da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

reforma pombalina e da censura ao *Novo Código de Direito Público de Portugal* elaborado por Pascoal José de Melo Freire circunstância que deu lugar a acesa polémica nas imediações de 1789. Uma outra vertente historiográfica, de natureza mais cultural, com considerações de natureza estética, diz respeito ao interesse do canonista pela literatura judaica de autores portugueses, pela literatura antirabínica, pelas traduções bíblicas, pela história da matemática, pela história da literatura, pela tipografia, pelos descobrimentos e pela poesia. No que diz respeito ao interesse não só pela História mas também pela Geografia Sagrada e Eclesiástica, António Ribeiro dos Santos desenvolve a partir de 1787, durante o Reitorado de D. Rafael de Castro, intensa pesquisa de que podemos avaliar os resultados e as dificuldades através da leitura de sucessivas versões e apontamentos. O objetivo era dar cumprimento ao que estava estatutariamente estabelecido no sentido de os lentes produzirem compêndios próprios para as disciplinas que lecionavam. A esse respeito, a *História Eclesiástica de Portugal* constitui para o canonista o maior desafio. Se para o âmbito geral se poderia resolver o problema através das obras de Claude Fleury ou de Giovanni Lorenzo Berti já a parte nacional exigia um levantamento de raiz o que acarretava dificuldades de prova documental credível que veementemente refere. Um outro desafio historiográfico, relacionado com a sua atividade de censor, decorre da necessidade argumentativa durante a intensa polémica com o seu colega Pascoal de Melo Freire. As intervenções na Junta de Revisão do Novo Código, ou seja, o contributo para a reforma de uma parte das ainda vigentes Ordenações Filipinas implicaram um particular cuidado de avocação histórica na exata medida em que Ribeiro dos Santos, contrariamente a uma postulação racionalista do absolutismo esclarecido de Melo Freire reivindica um reformismo resgatador das estruturas históricas tradicionais. Daí o intenso e aprofundado recurso à história das instituições políticas que vem a transparecer nos textos das censuras e que implicaram muitos ensaios parcelares como, por exemplo, *Antiguidades de Portugal acerca das diversas classes de Nobreza* (BNP, cód. 4595, vol. 13, pp.1-172) ou *Da observância dos nossos maiores sobre os artigos que juraram guardar relativamente às coisas do Estado* (BNP, cód.4670, fls. 189-213).

A estas duas vertentes historiográficas do canonista há que acrescentar textos de natureza cultural acima referidos e que, em boa parte, viriam a ser publicados, nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Com a *Memória da Literatura sagrada dos Judeus portugueses desde o tempo da Monarquia até aos fins do século XV* iniciaria o autor uma série de estudos que se prolongam até ao século XVIII. Trata-se de um levantamento valorativo e criterioso, isento de considerações de natureza religiosa, não obstante a clara tomada de posição expressa na tolerância étnica e religiosa, de tipo particular, que sempre defendeu. O interesse pela obra de matemáticos portugueses, como Pedro Nunes ou Francisco de Melo ou de estrangeiros em Portugal que à mesma ciência se devotaram, tem que ser entendido no quadro das suas convicções reformistas em que o investimento científico se perfilava como incontornável fator de melhoramento económico e social. A vasta erudição e as responsabilidades de bibliotecário desde o tempo em que exerceu o cargo na Universidade de Coimbra mas sobretudo depois como organizador da Real



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Biblioteca Pública em Março de 1804 explicam, em parte, a sua preocupação em desenvolver os estudos pioneiros, para a época, sobre a tipografia e o cuidado muito especial que dedicou à numismática, como instrumento indispensável de datação o mais rigorosa possível. Por fim, os interesses estéticos de António Ribeiro dos Santos, que poetou sob o nome arcádico de Elpino Duriense, estão documentados não só através valiosa sistematização teórica e histórica sobre as artes e as letras mas, também no seu estudo *Das origens e progressos da poesia portuguesa*.

Ribeiro dos Santos, exemplo de intelectual da feição católica ilustrada europeia, não descurou a teorização histórica. No códice 4583 da BNP, onde encontramos vários planos e apontamentos para a escrita da História Sagrada, da História Eclesiástica, da História Universal, da História Genealógico-Heráldica e um original definitivo da *Selecta Historia Ecclesiastica Universalis*, de 1774 deparamos com *Reflexões sobre o modo de escrever a História Sagrada*. Embora o estudo se inicie com o propósito do título efetivamente trata-se de uma sintética abordagem sobre a escrita da história em geral, provavelmente da fase em que lhe foram encomendados os compêndios para a reforma pombalina da Universidade. Partindo de uma perspectiva exemplarista invocando a autoridade de Cícero, o testemunho dos tempos e a luz da verdade, a história aparece como alargamento de visão das limitações da natureza humana. O problema da verdade histórica, em qualquer domínio, exige quer a ultrapassagem do subjetivismo religioso e político (fls.83), quer a prevenção relativamente a um discurso meramente conjectural por falta de provas (“monumentos”), quer a economia da descrição e muito especialmente a necessidade de um investimento na Cronologia (duração dos tempos) e da Geografia (situação dos lugares), fl. 97. Um espaço próprio é dedicado à Mitologia enquanto “ciência da fábula que nos representa toda a Teologia dos Pagãos” (fls.101) mas necessária, no entanto, para uma hermenêutica adequada à compreensão dos factos históricos especialmente no campo das artes. A Mitologia assume, ainda, a feição de argumento universal e histórico do divino partilhado por todos os povos. Esta interpretação, inspirada nos argumentos de natureza filológica de António Genovesi, aparecera já plasmada na sua obra *Sacerdotio et Imperio* (1770). Com um suporte erudito assinalável, os interesses historiográficos do canonista estão voltados para tentativas de estudos sobre as origens históricas, em várias temáticas, nomeadamente no que concerne à origem da língua. A sua obra comporta, também, a elaboração de *corpus* historiográficos de grande erudição e pesquisa de que é exemplo o *De Antiquitatibus Hispaniae*, em vários volumes, que permaneceu inédito.

António Ribeiros dos Santos não foi objeto de atenção significativa, até hoje, na linha do que Inocêncio Francisco da Silva constatara no século XIX, exceptuando talvez a utilização bibliográfica dos vários estudos sobre a literatura sagrada dos judeus hispânicos ou tributo à sua memória como bibliotecário e bibliósofo na linha de Frei Manuel do Cenáculo, um dos seus principais interlocutores na matéria. No plano político, o historiador interveio na tentativa reformista, acima referida, ensaiada por José de Seabra da Silva, no fim do Antigo Regime, tendo virado definitivamente as costas ao jusdivinismo pombalino e anunciando,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de algum modo, conteúdos proto-liberais. As suas *Notas ao Plano do Novo Código* vieram a ser impressas em 1844.

Bibliografia ativa: “Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Século XV”, in *Memórias de litteratura portugueza*, T.II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, pp. 236-312 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=_ &printsec=frontcover&dq=editions:0gYjJzZ_Kxiy_vQTB#PPA236,M1;

“Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses, no Século XVI”, *Idem*, pp. 354-414 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=_O0zAAAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:0gYjJzZ_Kxiy_vQTB#PPA354,M1;

“Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses, no Século XVII”, *Idem* T. III, pp. 227-373 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=QxoMAAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:0gYjJzZ_Kxiy_vQTB#PPA227,M1;

“Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses, no presente século”, *Idem*, Tomo IV 1793 pp. 306-338 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=me8zAAAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:0gYjJzZ_Kxiy_vQTB&as_brr=1#PPA306,M1;

“Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes”, *Idem*, Tomo VII 1806, pp. 250-283 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=aeoAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:0gYjJzZ_Kxiy_vQTB#PPA250,M1

“Ensaio de uma Biblioteca Lusitana Anti-Rabínica, ou Memorial dos Escritores Portugueses que escreveram de Controvérsia Anti-judaica”, *Idem*, Tomo VII 1806 pp. 308-377. [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=aeoAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:0gYjzZ_Kxiy_vQTB#PPA308,M1

“Memória sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XV”, *Idem*, Tomo VIII-Parte I, 1812, pp. 1-76 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=zfEzAAAAMAAJ&pg=PA1&dq=portugal&num=100&as_brr=1#PPA1,M1;

“Memória para a História da Tipografia Portuguesa do século XVI”, *Idem* Tomo VIII-Parte I, 1812, pp. 77-147 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=zfEzAAAAMAAJ&pg=PA1&dq=portugal&num=100&as_brr=1#PPA77,M1;

“Memórias históricas Sobre alguns Matemáticos Portugueses, e Estrangeiros Domiciliários em Portugal, ou nas Conquistas”, *Idem*, Tomo VIII- Parte I, 1812, pp. 148-231 [em linha],[Consultado 24 de Março de 2013], disponível em

http://books.google.com/books?id=zfEzAAAAMAAJ&pg=PA1&dq=portugal&num=100&as_brr=1#PPA149,M1

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“Das origens, e progressos da poesia portuguesa”, *Idem* Tomo VIII-Parte II, 1818, pp. 233-251 [em linha], [Consultado 24 de Março de 2013], disponível em http://books.google.com/books?id=zfEzAAAAMAAJ&pg=PA1&dq=portugal&num=100&as_brr=1#PPA233.M1

Bibliografia passiva: CUNHA, Paulo Ferreira da, *Temas e Perfis de filosofia do Direito Luso Brasileiro*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000; PEREIRA, José Esteves, *O pensamento político em Portugal- António Ribeiro dos Santos*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005; SILVA, Inocêncio Francisco da, “António Ribeiro dos Santos”, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, T.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, pp.247-256; TORGAL, Luís Reis, “Antes de Herculano...” in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 19-37.

José Esteves Pereira



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA